

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA / CAMPUS SANTA INÊS
CURSO DE EM LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA
E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS

GUILHERME GONÇALVES MACIEL
IVANILSON CARAGIU GUAJAJARA

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTRASTE COM A EDUCAÇÃO
INDÍGENA TRADICIONAL E ATUAL NA ALDEIA JANUÁRIA**

SANTA INÊS - MA
2024

**GUILHERME GONÇALVES MACIEL
IVANILSON CARAGIU GUAJAJARA**

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTRASTE COM A EDUCAÇÃO
INDÍGENA TRADICIONAL E ATUAL NA ALDEIA JANUÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA / Campus Santa Inês, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura Plena em Letras.

Orientador: Esp. Robson de Macêdo Cunha

SANTA INÊS - MA

2024

Maciel, Guilherme Goncalves.

O Ensino da Língua Portuguesa em contraste da Educação Indígena tradicional e atual na Aldeia Januária. / Guilherme Goncalves Maciel, Ivanilson Caragiu Guajajara. – Santa Inês - MA, 2024.

47 f.

Orientador: Prof. Esp. Robson de Macêdo Cunha.

Monografia (Graduação) – Curso de Letras Licenciatura Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas literaturas, Campus de Santa Inês, Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

1. Educação Indígena. 2. Língua Portuguesa. 3. Língua Indígena. I. Título.

CDU 811.134:37=1-82

Elaborado pelo Bibliotecário Márcio André Pereira da Silva - CRB 13/862

**GUILHERME GONÇALVES MACIEL
IVANILSON CARAGIU GUAJAJARA**

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTRASTE COM A EDUCAÇÃO
INDÍGENA TRADICIONAL E ATUAL NA ALDEIA JANUÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA / Campus Santa Inês, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura Plena em Letras.

Orientador: Esp. Robson de Macêdo Cunha

Aprovado em: 08/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Robson de Macêdo Cunha
Prof. Esp.: Robson de Macêdo Cunha (UEMA)
1º Examinador / Orientador:

Daniel Rodrigues Ribeiro
Prof. Esp.: Daniel Rodrigues Ribeiro (UEMA)
2º Examinador:

Fagner Gomes do Nascimento
Prof. Me. Fagner Gomes do Nascimento (UEMA)
3º Examinador:

SANTA INÊS - MA

2024

AGRADECIMENTOS

Sinceramente agradeço a todos que desenvolveram para a conclusão deste trabalho de conclusão de curso (TCC). Expresso minha profunda gratidão ao Centro de Educação Escolar Indígena Januária, cuja colaboração e apoio foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Agradecemos também à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) por fornecer o ambiente acadêmico propício ao desenvolvimento deste estudo.

Meus sinceros agradecimentos se estendem aos professores da UEMA, cuja seus ensinamentos importantes enriqueceram meu entendimento sobre o tema abordado. E, especialmente ao professor e orientador Robson de Macêdo Cunha por sua dedicação, personalidade e orientação ao longo deste processo. Sua expertise e apoio foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Além disso, quero expressar minha gratidão as Anciãs da Comunidade Indígena Aldeia Januária por suas colaborações e participações ativas neste estudo. As trocas de conhecimentos e experiências foi enriquecedora e contribuiu significativamente para os resultados obtidos. Agradeço a todos os envolvidos que, de alguma forma, desenvolveram para a realização deste trabalho. Suas contribuições foram inestimáveis e essenciais para a conclusão deste projeto acadêmico.

Ivanilson Caragiu Guajajara

AGRADECIMENTOS

Ao professor Robson de Macêdo Cunha, juntamente com a Universidade Estadual do Maranhão - Uema, gostaria de expressar minha profunda gratidão pela sua orientação, apoio ao longo do processo de elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). É com imensa satisfação que compartilho com você a conclusão desta etapa importante da minha jornada acadêmica. Sua dedicação e comprometimento foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional. Suas sugestões perspicazes e valiosas contribuíram significativamente para a qualidade do nosso trabalho, incentivando a explorar diferentes perspectivas e desafiar minhas próprias habilidades.

Apreciei imensamente a forma como você sempre esteve disponível para esclarecer minhas dúvidas, oferecer orientações precisas e construtiva. Sua paciência e encorajamento constante me motivaram a perseverar nos momentos mais desafiadores. Além disso, gostaria de agradecer à minha família e amigos que me apoiaram ao longo dessa jornada. Seu amor, incentivo e compreensão foram essenciais para a minha realização.

Por fim, quero expressar minha gratidão a todos os professores e funcionários desta instituição de ensino, que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e proporcionaram um ambiente propício ao aprendizado. Estou orgulhoso do trabalho que realizei e confiante de que adquiri conhecimentos valiosos que serão aplicáveis em minha carreira futura. Mais uma vez, agradeço sinceramente por tudo o que fez por mim.

Com gratidão,

Guilherme Gonçalves Maciel

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC a todos que, de maneira fundamental, contribuíram para a minha jornada acadêmica e pessoal. À minha comunidade indígena, à Associação Comunitária Maynumy, à Escola Centro de Educação Escolar Indígena Januária, expresso minha profunda gratidão pela inspiração, apoio e sabedoria compartilhada.

À minha família, cujo amor incondicional sempre foi o alicerce que sustentou meus sonhos e desafios, dedico este trabalho com imenso carinho. Aos meus amigos, cuja amizade e camaradagem enriqueceram minha vida, agradeço por estarem ao meu lado, tornando essa jornada mais leve e significativa.

Aos professores da Aldeia Januária, que dedicaram tempo e esforço para compartilhar conhecimento e guiar meu caminho acadêmico, minha mais sincera gratidão. Suas orientações foram cruciais para meu desenvolvimento e aprendizado.

Que este trabalho seja uma pequena expressão de minha gratidão a todos que, de diversas formas, contribuíram para minha formação e crescimento. Que possamos continuar colaborando juntos em prol do conhecimento, da cultura indígena e do desenvolvimento de nossa comunidade.

Ivanilson Caragiu Guajajara

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de coração, envolvendo as páginas com a intensidade das cores da diversidade linguística e cultural. À língua portuguesa, trama que tece a riqueza de expressões e significados, e à Educação Indígena, universo de saberes ancestrais que merecem ser preservados.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, inspirando-me com amor e incentivo. Às comunidades indígenas, cuja resistência e sabedoria moldaram meu entendimento sobre a importância da pluralidade cultural na educação.

Aos professores e ao meu orientador, que foram guias nessa jornada acadêmica, que com paciência e sabedoria contribuíram para a construção deste trabalho. Às vozes indígenas que ecoam neste estudo, ressoando a necessidade de uma educação que respeite e valorize as diferentes formas de aprender e ensinar.

Que este TCC seja um tributo à diversidade linguística e ao legado cultural indígena, buscando promover uma educação que abrace a singularidade de cada voz, construindo pontes entre os saberes tradicionais e contemporâneos.

Que as palavras aqui escritas sirvam como um convite à reflexão sobre a importância de uma educação inclusiva e culturalmente sensível, onde a língua portuguesa seja um veículo para a preservação e promoção das riquezas das tradições indígenas.

Guilherme Gonçalves Maciel

Nós defendermos a Vida, nós defendemos a
nossa identidade. E nós vamos derramar até
a última gota de sangue para defender nosso
Território.

Sonia Guajajara

RESUMO

O trabalho vem abordar o desafio contemporâneo do ensino de língua portuguesa na educação indígena, destacando sua evolução e transformações no contexto da Aldeia Januária, localizada na Terra Indígena Rio Pindaré, Maranhão. Inicialmente, o ensino era permeado pela assimilação e aculturação, com currículos padronizados e professores não indígenas, ignorando a cultura local. Atualmente, há uma busca por uma abordagem intercultural, bilíngue e participativa, valorizando línguas indígenas e formando professores indígenas. O estudo propõe investigar como as políticas públicas influenciam o currículo do ensino da língua portuguesa na educação indígena, considerando possíveis mudanças ao longo do tempo. Destaca-se a importância de respeitar a cultura e os conhecimentos dos povos indígenas, evitando imposições culturais, e a necessidade de uma educação contextualizada e adaptada às especificidades de cada comunidade. A fundamentação teórica abrange a historicidade da educação indígena no Brasil, avanços no Maranhão, o papel das línguas indígenas e portuguesa, em ocorrências de: Brasil (1988; 1991; 1996; 2018), Grupioni (2015), Lobo (2018), Maranhão (2004; 2021; 2024); Mori (2021); Sousa (2020) entre outros autores. A metodologia incluiu pesquisa qualitativa, entrevistando membros da comunidade escolar para analisar a evolução do ensino de língua portuguesa, contrastando a educação indígena tradicional e atual. Os resultados revelaram avanços na formação de professores indígenas, ampliação do sistema educacional na aldeia e esforços para reintroduzir a língua indígena. A visão dos estudantes ressalta a importância de ambas as línguas para preservar a cultura e aprender estrutura gramatical abrangente. E os desafios persistem em equilibrar o ensino de língua portuguesa com a preservação cultural, enfatizando a interculturalidade e a valorização das línguas indígenas. Com isso, este estudo destaca uma mudança positiva na abordagem do ensino de língua portuguesa na Aldeia Januária, contribuindo para compreender desafios e avanços na educação indígena. O equilíbrio entre preservação cultural e educação em língua portuguesa emerge como uma questão crucial para um diálogo educacional mais significativo e respeitoso.

Palavras-chave: Educação Indígena. Língua Portuguesa. Língua Indígena

ABSTRACT

This paper addresses the contemporary challenge of Portuguese language teaching in indigenous education, highlighting its evolution and transformations in the context of Aldeia Januária, located in the Rio Pindaré Indigenous Territory, Maranhão (Brazil). Initially, education was permeated by assimilation and acculturation, with standardized curricula and non-indigenous teachers, overlooking the local culture. Currently, there is a quest for an intercultural, bilingual, and participatory approach, valuing indigenous languages and training indigenous teachers. The study aims to investigate how public policies influence the curriculum of Portuguese language teaching in indigenous education, considering possible changes over time. The importance of respecting the culture and knowledge of indigenous peoples is emphasized, avoiding cultural impositions, and the need for education contextualized and adapted to the specificities of each community. The theoretical framework covers the historicity of indigenous education in Brazil, advances in Maranhão, the role of indigenous and Portuguese languages, with references to: Brazil (1988; 1991; 1996; 2018), Grupioni (2015), Lobo (2018), Maranhão (2004; 2021; 2024); Mori (2021); Sousa (2020), among other authors. The methodology involved qualitative research, interviewing members of the school community to analyze the evolution of Portuguese language teaching, contrasting traditional and current indigenous education. The results revealed advances in the training of indigenous teachers, an expansion of the educational system in the village, and efforts to reintroduce the indigenous language. The students' perspective highlights the importance of both languages to preserve culture and learn comprehensive grammatical structure. Challenges persist in balancing Portuguese language teaching with cultural preservation, emphasizing interculturality and the valorization of indigenous languages. Thus, this study highlights a positive change in the approach to Portuguese language teaching in Aldeia Januária, contributing to understanding challenges and advances in indigenous education. The balance between cultural preservation and education in the Portuguese language emerges as a crucial issue for a more meaningful and respectful educational dialogue.

Keywords: Indigenous Education. Portuguese Language. Indigenous Language.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	-	Base Nacional Comum Curricular
CEII / MA	-	Conselho de Educação Escolar Indígena do Maranhão
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
CEB	-	Câmara de Educação Básica
CONEP	-	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
EJAI	-	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
ENEM	-	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNAI	-	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	-	Ministério da Educação
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
PAES	-	Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior
PP	-	Projeto Pedagógico
SEDUC / MA	-	Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão
TALE	-	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCC	-	Trabalho de Conclusão de Curso
UEMA	-	Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	17
2.1	Historicidade da educação indígena no Brasil.....	17
2.3	Os avanços da educação indígena no Brasil e com foco no Maranhão.....	22
2.3.1	A Língua Indígena na Educação.....	26
2.3.2	A Língua Portuguesa na Educação Indígena.....	31
3	METODOLOGIA.....	34
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	36
5	CONSIDERAÇÕES.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43
	APÊNDICE.....	46

1 INTRODUÇÃO

O ensino de língua portuguesa na educação indígena é um desafio atual e complexo, que envolve questões históricas, pedagógicas, culturais e linguísticas. Desde a chegada dos colonizadores europeus, as línguas indígenas foram suprimidas e marginalizadas em favor da língua portuguesa, considerada a língua oficial e dominante. Na perspectiva tradicional, o ensino de língua portuguesa na educação indígena era visto como um processo de assimilação e aculturação, que visava transformar os indígenas em brasileiros “civilizados” e “adequados”. As aulas eram ministradas por professores não-indígenas e seguia-se um currículo padronizado, que muitas vezes ignorava a cultura e a realidade das comunidades indígenas.

Atualmente, o ensino de língua portuguesa na educação indígena tem sido repensado e transformado, buscando-se uma abordagem intercultural, bilíngue e participativa. As línguas indígenas ganham valor e reconhecimento como parte da diversidade cultural e linguística do país, e o ensino de língua portuguesa é visto como uma ferramenta para desenvolver a comunicação e o diálogo entre culturas.

Há um esforço em formar professores indígenas e valorizar seus saberes e práticas pedagógicas, para que as aulas sejam contextualizada e respeitem a cultura e os conhecimentos dos povos indígenas. Além disso, a educação bilíngue busca desenvolver a competência comunicativa e a literacia nas línguas indígenas e na língua portuguesa, valorizando ambas as línguas e promovendo um diálogo intercultural mais significativo e respeitoso.

Pensando nisso, este trabalho busca refletir: como as políticas públicas têm inspirado o currículo do ensino da língua portuguesa e quais transformações foram observadas nos últimos parâmetros históricos da educação indígena no Maranhão? Uma possível hipótese é que as políticas públicas exercessem um papel significativo na elaboração e na implementação do currículo lecionado pela língua portuguesa, possivelmente com influências nas abordagens educacionais externas para a população indígena no Maranhão. Mas, acredita-se que ao longo do tempo, tais políticas possam ter passado por mudanças que refletem nas estratégias e nos objetivos educacionais adotados para essa comunidade específica.

Pelas experiências *in locus* dos pesquisadores percebe-se que há um grande contraste nesses processos de ensino, principalmente por parte dos atuais docentes. Antes era os *karaiu* (não indígena) e atualmente já se tem uma parte de professores indígenas formado na área da educação. O processo de ensino era defasado e hoje já se tem uma parte de docentes indígenas que valorizam com mais ênfase a cultura local.

Neste contexto, a esta proposta pedagógica visa, como objetivo geral: identificar a evolução dos processos do currículo, política pública e o ensino de língua portuguesa da Educação Escolar Indígena na Aldeia Januária, localizada na Terra Indígena Rio Pindaré. E como objetivos específicos: (1) conhecer a educação indígena por meio da literatura vigente no Brasil e no Maranhão a partir da Constituição Federal (Brasil, 1988); (2) evidenciar as respectivas mudanças nesse processo do ensino de língua portuguesa da educação escolar; (3) analisar os processos de educação no ambiente escolar indígena, por meio de pesquisas em *locus*, na observação e entrevistas com os comunidade escolar e anciãs da aldeia Januária.

As peculiaridades culturais e linguísticas dos povos indígenas tornam o ensino de língua portuguesa um desafio significativo. É necessário refletir sobre a importância e o papel que a língua portuguesa assume em uma comunidade indígena. Embora a língua portuguesa seja um instrumento poderoso para o diálogo com a sociedade envolvente, isso não significa que sua adoção deva ser forçada ou que a cultura e a língua indígena devam ser subestimadas.

O tema que aborda o ensino da Língua Portuguesa em contraposição à Educação Indígena tradicional e a Educação atual na aldeia Januária é de grande importância, uma vez que destaca a relevância do ensino da língua portuguesa na vida dos povos indígenas, bem como, a necessidade de manutenção e valorização de suas tradições e cultura. É preciso compreender que o ato de instruir a Língua Portuguesa nas comunidades indígenas deve ser realizado de forma contextualizada e respeitando a realidade linguística de cada povo, sem que isso signifique uma imposição cultural.

É importante também, que, a educação indígena atual leve em conta as especificidades de cada comunidade, valorizando sua cultura e tradições, e atuando de forma a garantir a sua preservação e fortalecimento, sem abrir mão da formação adequada em língua portuguesa, que é fundamental para a implantação das comunidades indígenas na sociedade brasileira.

Nas próximas seções são apresentados temas cruciais relacionados à Educação Escolar Indígena no Brasil, mergulhando na historicidade dessa prática educacional. Além disso, será aprofundada a análise do contexto histórico das línguas envolvidas, tanto a língua portuguesa quanto as línguas indígenas, delineando sua relevância e papel no cenário educacional. E a interseção entre língua indígena e língua portuguesa na educação será um ponto focal, explorando as dinâmicas, estratégias e implicações desse encontro linguístico.

2 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

2.1 Historicidade da educação indígena no Brasil

A educação escolar indígena no Brasil passou por diversos períodos históricos, desde o Brasil colonial, quando os jesuítas desembarcaram em 1549, até os dias atuais, a educação indígena passa por diferentes etapas e experiências. A educação dos povos originários no período Brasil colonial através dos jesuítas, não era considerada uma educação escolar convencional, mas sim como um ensino direcionado especialmente à doutrinação religiosa. Os índios assistiam as missas realizadas pelos jesuítas e eram levados a crer que iriam se tornar civilizados já que eram considerados selvagens (Medeiros, 2019).

Durante o período do domínio colonial, os povos indígenas foram constantemente oprimidos em todos os estágios do sistema educacional, uma subjugação que prolongou por vários anos. Os indígenas eram compelidos a assimilar conteúdos estranhos à sua realidade, sendo-lhes negado o reconhecimento e respeito pela sua rica diversidade cultural, linguística e étnica. As primeiras instituições de ensino estabelecidas pelos jesuítas para as crianças indígenas promoviam um tipo de educação abrangente, onde o catecismo desempenhava um papel preponderante na tentativa de moldar suas mentes.

Na atualidade, a educação voltada para os povos indígenas representa um tema amplamente discutido, envolvendo a imperativa demanda por um ensino especializado, distintivo e de excelência, que considere minuciosamente a trajetória histórica, a estrutura social e a riqueza cultural dessas comunidades. Apesar de algumas vitórias, ainda há muitos desafios a serem enfrentados na escolarização dos povos indígenas no Brasil, marcadas por lutas e movimentos que nem sempre resultam em sucesso. É importante compreender a educação indígena, sua trajetória e o processo de conquista da primeira escola de ensino formal, quem são seus aliados, e quando essa escolarização realmente surgiu no cenário educacional brasileiro. Diz o antropólogo Brandão (1986) que:

Um índio civilizado é um índio que foi civilizado por um branco civilizador. O artifício do domínio - aquilo que é real sob os disfarces dos encontros de povos e culturas diferentes - é o trabalho de tornar o outro mais igual a mim para colocá-lo melhor a meu serviço. (Brandão, 1986, p. 8).

No discurso de Brandão (1986), é afirmado que o indígena foi submetido ao que não lhe cabia, um processo contínuo de aculturação, que não lhe dava direito de usufruir da sua própria cultura e que os colonizadores queriam apenas apropriar-se das riquezas que tinham no Brasil. O povo indígena sofreu ameaças, extermínio físico e cultural que se alongou até o século XX.

Anos antes da criação da Constituição Federal, teve início uma batalha significativa em prol da educação voltada aos povos indígenas, dando origem aos movimentos indígenas que encontraram respaldo na Constituição Federal (Brasil, 1988). Esta carta magna estabeleceu as bases para uma educação adaptada, que reconhecesse devidamente as singularidades de cada comunidade. Nesse contexto, é relevante enfatizar o artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996):

Afirma que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional. (Brasil, 1996).

De acordo com as Diretrizes Educacionais (Brasil, 1996) e a Lei da Constituição Federal (Brasil, 1988), fica claro que os povos das comunidades indígenas têm direito a uma educação de excelência, multifacetada, que leve em consideração aspectos históricos e culturais e reconheça a importância da identidade de todas as comunidades étnicas. Em conjunto com movimentos já organizados e parceiros relevantes, como instituições religiosas, antropólogos e educadores que seguem correntes teóricas de Freire (2015), o ensino indígena foi fortalecido. Dessa forma, os direitos à educação nas etapas dos povos indígenas são protegidos e as tradições e crenças são respeitadas. Aqui, a política nacional de educação indígena nos mostra os avanços e fracassos alcançados durante o fracasso do cenário atual.

No início dos anos 90, ainda se deparava com desafios na área da educação dos povos indígenas. Já na década de 70, foi alcançado um marco significativo com a implementação bem-sucedida da educação voltada especificamente para atender às necessidades das diferentes nações indígenas (Medeiros, 2018).

Naquela época, a ideia de escola indígena era algo novo e a educação almejada pelos índios era abordada de várias maneiras, tais como a perspectiva etnocêntrica, bilíngue e comunitária. Cada abordagem tinha um objetivo diferente e uma pesquisa que visa identificar determinadas contribuições para o processo de escolarização pessoas indígenas.

Embora tenha havido progresso na implementação dessas políticas nos últimos anos, ainda há muitos obstáculos que impedem que as crianças e jovens indígenas tenham acesso a uma educação de qualidade e progridam nos estudos. Esses obstáculos podem incluir a falta de infraestrutura escolar adequada nas aldeias indígenas, a falta de professores capacitados para o ensino intercultural, bilíngue e multilíngue, além de barreiras culturais e linguísticas que dificultam a aprendizagem.

Nos últimos anos, houve um percurso histórico significativo em relação às políticas educacionais indígenas no Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996 e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. (Brasil, 1996; 2018).

A Constituição Federal de 1988 marcou um marco importante para os direitos indígenas, reconhecendo a diversidade cultural e garantindo um ensino escolar específico para as comunidades indígenas tradicionais. A norma fundamental do ordenamento jurídico de um estado federativo estabeleceu que a educação indígena deve respeitar suas línguas, tradições e conhecimentos, além de promover a valorização de suas culturas.

Na LDB (Brasil, 1996) trouxe diretrizes específicas para a educação indígena, reconhecendo a importância da preservação das línguas maternas e dos conhecimentos tradicionais. A LDB destacou a necessidade de uma educação intercultural bilíngue e de uma participação ativa das comunidades indígenas na definição dos currículos e práticas pedagógicas.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), por sua vez, estabeleceu os saberes e capacidade que todos os discentes brasileiros devem apresentar ao decorrer da educação básica. Assim como, reconheceu a importância da diversidade cultural e linguística, afirmando que as escolas devem considerar as especificidades das comunidades indígenas na implementação da BNCC.

Ao longo desses intervalos históricos das políticas educacionais indígenas, houve avanços na valorização das culturas indígenas, na promoção da interculturalidade e na participação das comunidades indígenas na definição das políticas educacionais. No entanto, ainda existem desafios para assegurar um ensino excepcional e inclusivo para todas as comunidades indígenas, como a falta de recursos e infraestrutura adequados, a formação de professores indígenas e a superação de estereótipos e preconceitos.

2.2 Contexto da Escola da Aldeia Januária

Segundo os dados examinados no Projeto Pedagógico - PP (Januária, 2020), disponibilizado pela própria instituição, é possível observar que a escola em questão, anteriormente localizada em outro ponto da Aldeia Januária, foi estabelecida durante a década de 1970 pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI. Inicialmente, seu escopo educacional abrangia apenas crianças, com programas de estudo que incluíam as séries de 1^a a 4^a (hoje equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental).

Ainda pelos dados coletados (Januária, 2020) é importante ressaltar que o público-alvo da escola não se restringia apenas aos residentes da Aldeia Januária, mas se estendia também às comunidades vizinhas que compõem a Terra Indígena Rio Pindaré, demonstrando assim um alcance mais amplo e inclusivo. Com o tempo, o surgimento de outras instituições de ensino indígena dentro da Terra Indígena Rio Pindaré evidencia a expansão e descentralização do acesso à educação na região.

Atualmente, existem as seguintes escolas, em suas respectivas aldeias: Na Aldeia Piçarra Preta, tem a *Escola Indígena Zemu'e Haw Mainumy Zu*. Na Aldeia Novo Planeta, a *Escola Zemu'e Haw Tentehar*. A escola da Aldeia Areão, tem como nome *Zemu'e Haw Ywy Xiguhu*. E Aldeia Tabocal abriga a *Escola Indígena Zemu'e Haw Takwar Tyw*. No ano de 2018, após deliberação entre comunidade indígena, governos estadual e municipal, foi municipalizada a educação infantil com a criação da *Escola Municipal do Ensino Básico Zemu'e Haw Tenetehar Zànuar* com registro Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Localizada na Aldeia Januária, que faz parte da Terra Indígena Rio Pindaré, esta escola se insere em um contexto territorial marcado pela homologação da terra pelo Decreto nº 87.846 de 24 de novembro de 1982, totalizando uma área de 15.002,9142 hectares. Importante destacar que o município de Bom Jardim, no estado do Maranhão, está situado dentro dos limites dessa Terra Indígena. Os habitantes dessa região, incluindo os da Aldeia Januária, são os *Tentehar Guajajara*, que, nos relatos encontrados desta pesquisa, enfrentam os desafios decorrentes da degradação ambiental e da pressão sobre seus modos de vida tradicionais.

O termo *Guajajara* significa “donos do cocar”, enquanto *Tenetehára* se traduz como “somos os seres humanos verdadeiros”. Por vezes, os *Guajajara* interpretam *Tenetehára* como “índio”, excluindo dessa categoria os grupos [...]. A origem exata do termo *Guajajara* não é totalmente conhecida, mas é provável que tenha sido atribuída aos *Tenetehára* pelos Tupinambá. Atualmente, tanto entre os próprios indígenas quanto na literatura científica, a denominação *Guajajara* é mais prevalente do que *Tenetehára*. (Lobo, 2018, p. 19)

Portanto, é possível destacar a origem exata do termo *Guajajara* não é totalmente conhecida. Essas nuances linguísticas e culturais evidenciam a diversidade e a complexidade das identidades indígenas, destacando a importância de respeitar as autodenominações preferidas pelas comunidades.

Vale ressaltar, de acordo com depoimentos de vários anciãos *Guajajara*, pronunciados em uma das reuniões de elaboração deste Projeto Pedagógico - PP (Januária, 2020), que o nome inicial da aldeia *Januária* era *Kriwiri*, o qual ainda é utilizado por esses anciãos e também anciãs.

Os primeiros contatos com os *Tentehar* se deram por essa região do Pindaré, como pode ser evidenciado por Zannoni (1999): “...ao mesmo tempo, sua presença no território maranhense é anterior à chegada dos colonizadores europeus, sendo, na época, uma nação numerosa de habitantes na região do rio Pindaré.” (Zannoni, 1999, p. 48). Os *Tentehar (Guajajara)*, mantém, portanto, longo período de relação com a sociedade nacional.

Ainda com base em Januária (2020) e o percurso histórico, a escola inicialmente implantada aos *Tentehar* do Pindaré tinha caráter eminentemente religioso. O letramento deveria ser ministrado primeiramente às crianças e em seguida aos adultos, caso houvesse interesse por parte desses. E esta escola, não fugiu à regra do processo inicial da escolarização indígena de caráter religioso / catequético.

Em frente à escola da Aldeia *Januária*, atualmente (2024), situa-se um campo que serve para as atividades de educação física e de lazer, como a prática de futebol da comunidade. A escola mantém sempre os portões fechados, da entrada e da saída, sobretudo dos estudantes, e é controlada por uma pessoa que sempre está por perto do portão de acesso à escola. Hoje, denominado como *Centro de Educação Escolar Indígena Januária* são oferecidos o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJA, atendendo nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

2.3 Os avanços da educação indígena no Brasil e com foco no Maranhão

É notório que a Educação Escolar indígena é uma educação que assegura os povos indígenas, a reconstrução de suas memórias e a comprovação de suas identidades étnicas, a consideração de suas línguas, tanto como o acesso as experiências técnicas e científicas da sociedade.

De acordo com a Constituição (Brasil, 1988) os povos indígenas em geral têm o direito ao ensino de qualidade determinada, o usufruto de suas línguas tradicionais e o desenvolvimento particular de seus hábitos. Os indígenas passaram de ser classificados como uma classe social a caminho da extinção e passaram a ser considerados como uma coletividade étnicos distintos. Conforme indicam as pesquisas realizadas, os avanços na temática ocorreram durante o período de Getúlio Vargas, marcado pela promulgação do Decreto de 19 de abril (BBC, 2023), liderado pelo Primeiro Congresso Indigenista Interamericano (Del Rio, 1940).

Com base nos dados percentuais, podemos constatar que ao longo do século XXI, uma parcela considerável dos povos indígenas do Brasil continua vivendo em condições precárias no que diz respeito à educação indígena. Especificamente no âmbito internacional, a situação não é diferente, visto que a porcentagem de escolas indígenas é de 30,93%, conforme evidenciado nas estatísticas (Guitarrara, 2023). Tendo em vista essa situação problemática, é notável que essas instituições escolares não representam um espaço plenamente constituído pelo poder público.

A Educação Indígena proposto na legislação, ainda discute os desafios para sua materialização, visto que são necessárias a dedicação e a implementação das políticas públicas direcionadas para essa necessidade específica.

As escolas indígenas foram criadas como um espaço para a formação escolar indígena, com objetivo de preparar o índio para um convívio sociocultural e integrá-lo à sociedade brasileira, firmando também o seu espaço de formação cultural (Cavalcanti, 2003, p. 22).

Podemos também dizer que, segundo Cavalcanti (2003, p. 22), “vemos que a escola não é apenas um local de formação, mas é compreendida como um novo ambiente e tempo educativo, que deve estar conectado a outro mais amplo, o sistema educacional de cada nação”. Diante disso, a escolarização indígena, do mesmo modo, como a escola indígena, acompanha o mesmo padrão coletivo brasileiro. Os professores são contratados para instruir aos critérios de aceitação estabelecidos pelo Ministério da Educação - MEC e a comunidade.

No Brasil, a legislação atual representa um avanço significativo ao estabelecer medidas para garantir o direito à educação de qualidade, especialmente para as comunidades tradicionais. No entanto, é desafiador encontrar profissionais engajados nesse tipo de educação. Algumas das atuais legislações (em ordem cronológica) a favor da educação indígena inclui:

Parecer CNE/CEB nº 14/1999, aprovado em 14 de setembro de 1999 - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 - Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências

Parecer CNE/CP n.º 10, de 11 de março de 2002 - Responde consulta sobre formação do professor indígena em nível universitário.

Parecer CNE/CEB nº 1/2011, aprovado em 10 de fevereiro de 2011 - Questionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas a respeito da transformação deste colegiado em órgão normativo, tendo em vista as características e especificidades da Educação Escolar Indígena.

Parecer CNE/CEB nº 10/2011, aprovado em 5 de outubro de 2011 - Consulta sobre a oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio.

Parecer CNE/CEB nº 13/2012, aprovado em 10 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.

Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Parecer CNE/CP nº 6/2014, aprovado em 2 de abril de 2014 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas.

Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.

Parecer CNE/CEB nº 9/2015, aprovado em 7 de outubro de 2015 - Orientações para a promoção do acesso de povos indígenas de recente contato a processos educacionais.

Parecer CNE/CEB nº 14/2015, aprovado em 11 de novembro de 2015 - Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

Parecer CNE/CEB nº 2/2017, aprovado em 15 de março de 2017 - Consulta sobre a autorização das Escolas Indígenas Pataxó Barra Velha e Boca da Mata.

Parecer CNE/CEB nº 7/2022, aprovado em 9 de novembro de 2022 - Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio.

Fonte: (Brasil, 1999-2022). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18692-educacao-indigena>

Esses pareceres do Conselho Nacional de Educação - CNE e a Câmara de Educação Básica - CEB (Brasil, 1999-2022), constituem um conjunto de normas e diretrizes estabelecidas ao longo do tempo para promover e regular a educação indígena no Brasil. Elas abrangem diversos aspectos, desde as diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas até questões como formação de professores, currículo escolar, oferta de língua estrangeira, acesso de povos indígenas de recente contato à educação, implementação da história e culturas dos povos indígenas na Educação Básica, autorização de escolas específicas, e revisão e atualização das normas em decorrência das mudanças no Ensino Médio. O objetivo dessas legislações é garantir uma educação inclusiva e respeitosa às particularidades culturais dos povos indígenas no contexto educacional brasileiro.

A formação capacitada pela sugestão da educação escolar indígena, no caso desta pesquisa, é na Secretaria Estadual de Educação do Maranhão - SEDUC, sendo o mais favorável ao setor de Supervisão de Educação Escolar Indígena. Tal órgão, tem como objetivo produzir, censurar, distinguir e analisar, em parceria com o Conselho de Educação Escolar Indígena do Maranhão - CEEI / MA e a Unidade de Gestão Educacional, efetuando uma educação verdadeira, diferenciada, intercultural e bilingue para os povos indígenas (Maranhão, 2024).

No Estado do Maranhão, a educação indígena começou após a organização da Constituição Federal. Lá, a educação indígena se concentrou em novos debates e pesquisas centrados na interculturalidade. O ensino indígena no Maranhão está relacionado sobre o Decreto Nº 26/91 (Brasil, 1991) e tem como responsabilidade das secretarias estaduais e municipais que tem como foco a educação escolar indígena deslocando ainda para o MEC e com responsabilidade da FUNAI. Sobre essa questão da educação escolar indígena no Maranhão, é notório os grandes números de povos indígenas que habitam no Estado, sendo assim a SEDU que fica encarregado de administrar esses avanços.

A Secretaria determina que a educação escolar indígena atenda os povos que demandam a educação e faz a estruturação de materiais pessoais e técnico para a implantação, e, para a formação da comunidade indígena administrar o processo educacional nas aldeias. No Maranhão existe um desenvolvimento demorado que faz referência a educação escolar indígena.

Foram muitos experimentos de formação que durante todo o estímulo da Constituição Federal (Brasil, 1988) os povos originários estão batalhando por uma formação pedagógica. A estruturação de um novo projeto escolar começou a frustrar no Maranhão. E durante os últimos anos, iniciou-se a criação de sugestões para a caracterização de um documento que possa administrar os avanços da educação escolar indígena.

O primeiro órgão responsável pela oferta de Educação Escolar Indígena é a SEDUC/MA e o setor de Supervisão de Educação Escolar Indígena (Maranhão, 2004; 2021), tais departamento tem como objetivo colocar no plano do direito à educação pública, e de boa qualidade aos indígenas em idade escolar, considerando suas trajetórias históricas de comunicação com a sociedade não indígena e as suas metodologias de ensino-aprendizagem. Diante disso, a Supervisão busca uma educação escolar indígena exclusiva, diferenciada, intercultural e bilíngue.

Apesar das dificuldades, um número considerável de povos indígenas tem sido acompanhado nesse processo. É importante ressaltar que a Secretaria de Educação Estado tem implementado iniciativas para aprimorar a escolarização indígena no estado.

A relação entre a língua indígena e a língua portuguesa é complexa e variada, dependendo do contexto em que se insere. Em algumas situações, como nas comunidades indígenas mais isoladas, a língua indígena prevalece como a principal forma de comunicação entre os membros da comunidade. Nestes casos, a língua portuguesa pode ser pouco falada ou entendida. Por outro lado, em áreas urbanas e em comunidades indígenas mais integradas à sociedade brasileira, o uso do português é mais comum, e a língua indígena é muitas vezes falada apenas entre os anciãos ou em situações específicas. Tal contraste pode ser esclarecida por Almeida (2011), em que as escolas bilíngues de educação indígenas:

Podem ser vistas como uma forma específica de formação de sujeitos bilíngues. Nesse modelo de escola as crianças podem ter sua escolarização em sua língua materna, ao lado do português, aprendido com a perspectiva de desenvolver um bilinguismo aditivo (Almeida, 2011, p. 3992)

O ensino bilíngue, nesse caso, visa valorizar e preservar as línguas indígenas, vem sendo implementado em algumas regiões do país. Nesse modelo, as crianças têm aulas tanto em português quanto na língua indígena local, o que contribui para a manutenção e valorização dessas línguas. Em resumo, a relação entre a língua indígena e a língua portuguesa é variada e depende do contexto sociocultural e do grau de integração da comunidade indígena com a sociedade brasileira.

2.3.1 A Língua Indígena na Educação

O contexto histórico da língua indígena tem raízes profundas e abrangentes, conectadas à história dos povos indígenas ao longo dos séculos. A língua indígena é muito mais do que um simples meio de comunicação; ela é uma manifestação da identidade, da cultura e da história desses povos. Para compreender plenamente o contexto histórico da língua indígena, é fundamental analisar a relação entre os povos indígenas e os eventos históricos que moldaram suas realidades.

O contexto histórico da língua indígena na Educação é marcado por uma trajetória complexa e desafiadora. Ao longo dos séculos, as línguas indígenas enfrentaram um processo de marginalização e supressão nas instituições educacionais, como resultado da colonização e da imposição da teoria que prega a integração dos diferentes grupos étnicos e culturais a uma sociedade, a fim de evitar situações de conflito, ou seja, por políticas assimilacionistas.

Durante o período colonial, as línguas indígenas foram frequentemente desvalorizadas e consideradas inferiores, enquanto as línguas dos colonizadores eram privilegiadas (Rivas, 2015). A imposição de uma única língua oficial nos sistemas educacionais contribuiu para a repressão das línguas indígenas e para a perda de sua vitalidade nas comunidades.

Essa imposição linguística teve graves consequências para as comunidades indígenas, resultando na interrupção intergeracional de línguas, ou seja, um processo de estímulo à comunicação entre as gerações, intercâmbio de vivências e experiências, incentivando a transmissão de saberes através do diálogo e das diferentes formas de expressão.

Muitas vezes, as crianças indígenas foram forçadas a abandonar suas línguas maternas e a adotar a língua dominante, o que gerou um distanciamento em relação às suas raízes culturais e uma sensação de alienação. (Baniwa, 2006, p.124).

Contudo, nos últimos decênios, registrou-se uma transformação marcante nesse panorama. A percepção da relevância em salvaguardar as línguas indígenas como um tesouro cultural e como um direito inerente aos povos indígenas impulsionou o surgimento de movimentos voltados para a revitalização linguística e a ampliação do apreço às línguas indígenas no contexto educacional (Severo, 2019; Sousa, *et. al.* 2020; Mori; Miranda, 2021). Estes movimentos almejam instaurar um sistema educacional mais abrangente, que honre e enalteça as línguas e culturas indígenas. Como é corroborado também por Barros (2022):

As línguas nativas do continente são as menos conhecidas do mundo. Por isso, estudá-las é uma forma de inserir o território na dinâmica da linguística internacional. E com esses estudos, introduzimos essas línguas na literatura mundial sobre linguística. (Barros, 2022, s/p).

As comunidades indígenas têm lutado pela implementação de políticas educacionais que reconheçam e promovam o ensino e o uso das línguas indígenas nas escolas. A valorização da língua indígena na Educação vai além de simplesmente aprender um idioma. Envolve a promoção de um ensino que esteja enraizado na cultura, nas tradições e nas perspectivas indígenas. Ao incorporar as línguas indígenas no currículo, é possível oferecer uma educação mais significativa, que se conecte com a realidade e os conhecimentos das comunidades indígenas.

Além disso, o ensino das línguas indígenas na Educação contribui para a preservação do patrimônio cultural e para a valorização da diversidade linguística. As línguas indígenas são portadoras de saberes ancestrais, de narrativas tradicionais e de uma visão de mundo única. Ao preservar e promover essas línguas, estamos salvaguardando a riqueza cultural e fortalecendo a identidade das comunidades indígenas. Como alerta também no Artigo 28 da Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Brasil, 2004):

Sempre que for viável, dever-se-á ensinar às crianças dos povos interessados a ler e escrever na sua própria língua indígena ou na língua mais comumente falada no grupo a que pertençam. Quando isso não for viável, as autoridades competentes deverão efetuar consultas com esses povos com vistas a se adotar medidas que permitam atingir esse objetivo. (Brasil, 2004, p. 8).

É importante destacar que a valorização da língua indígena na Educação deve ser acompanhada de políticas linguísticas inclusivas e do fortalecimento das estruturas de apoio às comunidades indígenas. Isso envolve a formação de professores capacitados, a produção de materiais didáticos adequados, a criação de espaços de intercâmbio e valorização cultural, entre outras iniciativas.

Em suma, o contexto histórico da língua indígena na Educação é marcado por desafios, mas também por avanços significativos na valorização e revitalização dessas línguas. Reconhecer a importância das línguas indígenas na Educação é essencial para a promoção de uma educação inclusiva, que respeite a diversidade cultural e contribua para a preservação dos conhecimentos e suas identidades.

O primeiro aspecto das línguas indígenas é, portanto, o seu caráter sócio cósmico, no sentido de que elas propiciam o elo, a conexão e a comunicação com os mundos existentes. Elas expressam e organizam cosmologias, epistemologias, racionalidades, temporalidades, valores e espiritualidades (Luciano, 2006, p. 17).

Luciano (2006) destaca o primeiro aspecto fundamental das línguas indígenas, que é o seu caráter socio cósmico. Isso significa que essas línguas desempenham um papel essencial na conexão e comunicação dos falantes com os mundos existentes ao seu redor. As línguas indígenas vão além de serem apenas sistemas de comunicação verbal. Elas são consideradas expressões vivas das culturas e desempenham um papel central na expressão e organização de diversos aspectos, como cosmologias (visões de mundo), epistemologia (formas de conhecimento), racionalidades, temporalidades, valores e espiritualidades.

Por meio das línguas indígenas, os falantes podem compartilhar e transmitir conhecimentos ancestrais, histórias, crenças, tradições e formas de compreender e interagir com o mundo ao seu redor. Essas línguas são enraizadas nas experiências e na relação dos povos indígenas com a natureza, com os observadores, com os seres vivos e com os elementos espirituais.

Assim, as línguas indígenas são bens de preservação e transmissão cultural, garantidas para a manutenção da identidade e da diversidade dessas comunidades. Elas são instrumentos de preservação e fortalecimento das cosmovisões indígenas, permitindo que suas formas únicas de compreensão e conhecimento sejam preservadas e compartilhadas ao longo do tempo. Portanto, o caráter sócio cósmico das línguas indígenas enfatiza uma profunda interconexão entre linguagem, cultura, espiritualidade e relação dos indígenas com o universo que os cerca.

Deste modo, as línguas indígenas acompanham a história, as descobertas, a economia, os costumes, a política, a religião e estão sempre abertas e receptivas às atualizações, às inovações, às descobertas, às invenções e às mudanças que vão girar o mundo e, junto, a língua, a cultura e os modos de vida e de pensamento dos distintos grupos humanos. (Bakhtin, 1992 *apud* Luciano, 2006, p. 303).

Essa distinção destaca que as línguas indígenas estão intrinsecamente relacionadas à educação e ao processo de aprendizagem, acompanhando as transformações e avanços que ocorrem na sociedade em geral. Elas refletem e absorvem as mudanças históricas, descobertas científicas, desenvolvimento psicológico, mudanças culturais, mudanças políticas e evolução religiosa no contexto da educação, as línguas indígenas são importantes veículos de transmissão de conhecimentos e saberes tradicionais, proporcionando uma conexão direta com a história, as tradições, os valores e a cultura dos povos indígenas.

Ao reconhecer e valorizar as línguas indígenas como parte integral do processo educacional, é possível fortalecer a autoestima e o sentimento de pertencimento dos estudantes indígenas, proporcionando-lhes uma educação que reflita suas realidades culturais e linguísticas. Além disso, ao abrir espaço para as atualizações, inovações, descobertas e invenções, as línguas indígenas se tornam dinâmicas e adaptáveis, acompanhando as mudanças e as demandas sociais contemporâneas.

Portanto, a destacar a importância de reconhecer, proteger e promover as línguas indígenas no contexto educacional, não apenas como instrumentos de comunicação, mas como ferramentas de preservação cultural, construção de identidade e promoção de uma educação que respeite e valorize a diversidade linguística e cultural dos distintos grupos humanos.

De acordo com LDB (Brasil,1996), essa Lei que já garantiu às comunidades indígenas o direito de utilizarem suas línguas e processos próprios de aprendizagem materna no ensino fundamental. A proposta busca fortalecer e consolidar esse direito, enfatizando a importância da preservação e preservação das línguas indígenas como parte integrante do processo educacional.

Dessa forma, a Lei (Brasil, 1996) reconhece a diversidade linguística e cultural das comunidades indígenas, promovendo a inclusão e a valorização de suas línguas maternas como instrumento de fortalecimento de suas identidades e de suas tradições. Além disso, é enfatizado a necessidade de processos de aprendizagem adequados às realidades e às particularidades de cada comunidade indígena, respeitando suas formas de conhecimento e promovendo uma educação mais inclusiva e contextualizada.

A LDB (Brasil, 1996) também estabelece que o ensino fundamental tem a duração de nove anos, iniciando-se aos seis anos de idade. Isso reforça a importância de garantir o acesso das crianças indígenas a uma educação de qualidade, respeitando sua cultura, língua e modo de vida desde os primeiros anos escolares em suma, a lei busca assegurar e fortalecer os direitos educacionais das comunidades indígenas, reconhecendo a importância das línguas indígenas e dos processos de aprendizagem específicos dessas comunidades no contexto da educação brasileira.

2.3.2 A Língua Portuguesa na Educação Indígena

Uma breve trajetória da língua portuguesa remonta ao século XII, quando começou a se desenvolver a partir do latim vulgar falado na região da Galiza, norte de Portugal. Progressivamente, ao longo dos séculos, o português foi se consolidando como língua oficial do país e se espalhando por outras partes do mundo, como Brasil, Angola, Moçambique e outros países que foram colonizados pelos portugueses.

A língua indígena, por sua vez, era o idioma falado pelos povos que habitavam o Brasil antes da chegada dos europeus. Estima-se que existiam cerca de 1.300 línguas indígenas em todo o país (Guitarrara, 2023). Após a colonização, muitas dessas línguas foram perdidas ou quase extintas, devido à imposição da língua portuguesa e ao processo de aculturação.

O contexto histórico da língua portuguesa no Brasil inclui diversos períodos, desde o início da colonização até os dias atuais. Segundo Bagno (2001), a língua portuguesa chegou ao Brasil em 1500, com as primeiras expedições portuguesas. No entanto, seu uso se consolidou apenas a partir do século XVIII, com a instalação da corte portuguesa no Brasil. Soares (1998) também enfatiza tal contexto histórico:

Muitos cronistas, missionários e viajantes do século XVI, XVII e XVIII escreveram sobre as línguas indígenas, registrando essas línguas e contribuindo para a formação do conhecimento linguístico sobre elas. Na época, porém, as línguas indígenas eram vistas como línguas inferiores, sem forma e sem estrutura, incapazes de transmitir ideias complexas. (Soares, 1998, p. 20).

Na educação, a língua portuguesa sempre foi privilegiada como língua oficial do país, sendo ensinada nas escolas desde o período colonial. A língua indígena, por outro lado, foi sempre marginalizada e muitas vezes considerada inferior, o que contribuiu para a perda de identidade cultural dos povos indígenas (Severo, 2019). Hoje em dia, existem iniciativas de ensino de línguas indígenas nas escolas, bem como, programas de revitalização e preservação dessas línguas.

O ensino de língua indígena nas escolas é fundamental para a preservação da cultura e da identidade dos povos originários. É importante também que essa língua seja valorizada e não considerada inferior em relação ao português. (Grupioni, 2015, p. 15).

É importante ressaltar que a língua portuguesa e as línguas indígenas têm desempenhado papéis distintos na educação brasileira ao longo da história. Enquanto a língua portuguesa foi imposta como língua oficial e dominante, as línguas indígenas foram reprimidas e marginalizadas. No entanto, nos últimos anos, tem havido esforços para valorizar e promover o uso das línguas indígenas na educação, como forma de preservar a diversidade cultural do país.

A língua portuguesa foi imposta aos povos indígenas como um instrumento de dominação colonial. Ainda hoje, é necessário desconstruir essa relação de supremacia e reconhecer a importância das línguas indígenas como parte da diversidade cultural do país. (Castillo, 2013, p. 31).

A língua portuguesa desempenha um papel significativo na educação indígena no Brasil, destacando-se como uma ferramenta essencial para a inclusão social e a comunicação com a sociedade circundante. Todavia, é fundamental enfatizar que a utilização do português no contexto da educação indígena deve ser realizada de maneira respeitosa e consciente, sem subestimar a relevância das línguas e das culturas. Um exemplo prático de como a língua portuguesa pode ser integrada à cultura indígena é por meio da Literatura, proporcionando assim uma abordagem enriquecedora e sensível que valoriza a diversidade linguística e cultural do país.

Ao trabalhar com a literatura indígena na sala de aula, estaremos motivando na formação de leitores mais competentes, multiculturais e multiletrados; o contato com a literatura indígena irá propiciar ao leitor não índio uma reflexão sobre si e sobre outros povos. (Santos, 2021, p. 37)

Assim, é fundamental que a língua portuguesa seja utilizada de forma consciente e respeitosa na educação indígena, como uma ferramenta para a inclusão social e a comunicação com a sociedade envolvente, mas sem desconsiderar a importância das línguas e culturas indígenas e sem impor uma visão hegemônica da língua e cultura portuguesas.

Outros autores (Canizares, 2023; Stumpf; Sito 2022; Flores; Gomes; Sagrande, 2022; De Paula, 2022) também vem expressar formas de como trabalhar a língua portuguesa em contraste na educação indígena. Por exemplo ao discutir o léxico de uma língua presente em um poema indígena, destacando a importância de incorporar elementos das línguas indígenas no ensino. Propor história e a diversidade linguística e como são abordadas nesses contextos educacionais, ressaltando a importância da

valorização e preservação das línguas indígenas. Oferecer reflexões para um ensino intercultural mais eficaz e inclusivo trazendo uma educação que reconheça e respeite mais a diversidade cultural. E até trazer alguns argumentos sobre a colonialidade dos saberes locais e tradicionais.

A relação desses trabalhos com o ensino de língua portuguesa está intrinsecamente ligada à discussão sobre como incorporar e valorizar as línguas indígenas no contexto educacional oferecendo diferentes perspectivas sobre como abordar a língua portuguesa em contraste com as línguas indígenas na educação.

Esses diversos autores contribuem para uma abordagem mais inclusiva e respeitosa no ensino de língua portuguesa em contextos indígenas. Canizares (2023) destaca a importância de integrar elementos das línguas indígenas, enriquecendo assim o aprendizado do português enquanto valoriza as culturas locais. Stumpf e Sito (2022) propõem reflexões sobre a história e diversidade linguística, ressaltando a necessidade de preservar as línguas indígenas no currículo educacional. Flores, Gomes e Casagrande (2022) advogam por um ensino intercultural mais inclusivo, reconhecendo e integrando a diversidade cultural e linguística do Brasil no ensino de língua portuguesa. Por fim, De Paula (2022) argumenta contra a colonialidade dos saberes locais, defendendo uma abordagem educacional que valorize os conhecimentos indígenas, incluindo suas línguas, como parte essencial do processo de aprendizado de língua portuguesa e do fortalecimento das identidades indígenas.

3 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi explorando a situação atual do ensino de língua portuguesa do “Centro de Educação Escolar Indígena Januária” localizado na Aldeia Januária / Terra Indígena Rio Pindaré, BR 316 de Bom Jardim - MA em relação a educação indígena tradicional. Foi realizado um estudo qualitativo com base em entrevistas com membros da comunidade, incluindo: o diretor da escola, um estudante, e um professor indígena que representem as modalidades de Ensino no Fundamental e Médio, totalizando 3 membros da comunidade.

Todos os indagados foram cientes do trabalho e Falar sobre e concordaram em participar voluntariamente da pesquisa sem receber incentivo financeiro, arcando sem ônus, e com o único propósito de contribuir nessa análise dos resultados. Suas participações foram anônimas e assinada com um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, conforme orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP e as Normas vigentes da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Para analisar o contraste entre a educação indígena tradicional e a educação atual, foi necessário examinar as principais diferenças entre os dois sistemas. Foram abordados aspectos como o papel da língua portuguesa na educação indígena, a relação entre a educação formal e a educação tradicional, as dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas no aprendizado da língua portuguesa e as estratégias utilizadas pelos professores para melhorar a qualidade do ensino.

A pesquisa utilizou categorias pré-estabelecidas para nortear as entrevistas, abordando questões relacionadas à forma como a língua portuguesa é ensinada na escola, se há espaço para a prática de costumes e tradições indígenas, como a integração da educação formal com a educação tradicional é feita na escola, e como a escola lida com a diversidade cultural presente na comunidade. Também, foram levantados dados sobre o envolvimento dos pais e da comunidade na escola, bem como, a visão dos membros da comunidade sobre a importância da escola e da educação na preservação da cultura indígena.

Os resultados da pesquisa foram analisados qualitativamente, buscando identificar os padrões e nuances nos dados coletados a fim de obter uma compreensão mais aprofundada sobre a situação do ensino de língua portuguesa na escola em questão e sua relação com a educação indígena tradicional. E os resultados da pesquisa contribuiu para o aprimoramento da educação indígena no Brasil, fornecendo dados e informações relevantes às políticas e às práticas educacionais voltadas para as comunidades indígenas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram apresentadas 7 perguntas abertas a comunidade escolar, representada por uma diretora, uma professora indígena e um estudante. A diretora é formada em Licenciada em Pedagogia e pós-graduada em Gestão Escolar e há 20 anos na Educação Escolar Indígena. A professora tem formação em Pedagogia e está 25 anos lecionando na escola campo de pesquisa; O estudante é maior de idade e está cursando o 3º ano do Ensino Médio.

Analisando a primeira pergunta “**Como era e como está a formação dos professores na T.I. Rio Pindaré?**”, obteve-se a seguinte resposta proferida pela diretora do Centro de Educação Escolar Indígena Januária, e transcrita dessa forma:

Há cerca de 10 anos, a formação de professores, especialmente no contexto de professores indígenas, era precária, com muitos atuando sem uma formação pedagógica de nível superior, possuindo apenas o ensino fundamental, médio ou magistério. A situação começou a mudar a partir de 2016, com a implantação da primeira turma de licenciatura, facilitando o acesso à formação. Professores passaram a buscar oportunidades de formação por conta própria, aproveitando formações mais acessíveis, tanto particulares quanto por meio de sistemas das universidades, como o da UEMA e o Enem. Essa evolução tem aumentado o número de professores formados, superando a precariedade que predominava anos atrás. **Fonte:** Resultado da pesquisa (2024).

A evolução da formação de professores ao longo de mais de 15 anos. Inicialmente, a formação era precária, especialmente para professores indígenas. A falta de acesso a cursos superiores era um desafio, exigindo recursos próprios para pagar por educação particular. A situação começou a mudar em 2016 com a implementação de licenciaturas, aumentando o número de professores formados. Além disso, oportunidades como sistemas próprios de universidades, como o Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior - PAES e o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, contribuíram para melhorar a acessibilidade à formação, representando uma evolução positiva ao longo dos anos.

A análise do texto revela uma profunda relação com as políticas públicas e linguísticas voltadas para a educação indígena. Ao abordar a evolução da formação de professores ao longo de mais de uma década, observa-se um reflexo das políticas governamentais voltadas para a capacitação e profissionalização do corpo docente em comunidades indígenas. A implementação de licenciaturas e a busca por oportunidades de formação indicam um esforço para melhorar a qualidade da educação nessas áreas.

A segunda questão, “**Quem era os primeiros profissionais de ensino do início do processo de educação indígena?**”, também direcionada a diretora da escola, respondeu que:

Os primeiros professores da educação é escolar indígena Terra indígena Rio Pindaré era os professores: Alzenira Guajajara Alves, Cristina Caragiu Guajajara, Daniel Viana Guajajara, Francisco Caragiu Ipico Guajajara, José Wilson (conhecido como Zequinha), Rosilene Caragiu Guajajara. Também, passou a trabalhar: Ana Célia, Cláudio Augusto, Ezequiel Renato, Sirlene, entre vários outros que há mais de 10 anos tiveram um longo histórico na educação escolar indígena. **Fonte:** Resultados da pesquisa (2024).

Relativo as respostas mencionas dos primeiros professores da educação escolar indígena na Terra Indígena Rio Pindaré, destacado os nomes, eles contribuíram muito da educação tradicional indígena em contraste com a transição do modelo atual. A menção aos primeiros profissionais de ensino ressalta a importância histórica desses indivíduos na preservação da educação tradicional indígena e sua transição para o modelo educacional atual. Essa transição é também evidenciada pela mudança no público-alvo ao longo do tempo, com a ampliação do sistema educacional para incluir o ensino médio e um foco especial no ensino infantil como evidenciado na próxima pergunta.

Ainda em entrevista com a diretora escolar foi indagado, na terceira questão, sobre: “**Qual era o público-alvo antes e o público-alvo de agora no processo de ensino e aprendizagem?**”, e como resultado, ela diz que:

O público-alvo era um ensino fundamental apenas, bem no início mesmo era o ensino fundamental anos iniciais ou séries iniciais no período né, que era a primeira série, segunda, terceira e quarta série. Quem queria continuar teria que sair para a cidade, aí partir dos anos 2000, é que vem a implantação das séries finais do ensino fundamental. Gradativamente, veio a quinta, sexta, sétima e oitava série. Em 2008 teve implantação da primeira turma do ensino médio. Também, durante esse período houve um foco na questão do ensino infantil. Porque, bem no princípio era as turmas todas multisseriadas onde já tinha uma turma de alfabetização. **Fonte:** Resultados da pesquisa (2024).

A evolução do sistema educacional em da Aldeia *Januária*, inicialmente focado nos anos iniciais do ensino fundamental, expandiu-se progressivamente para incluir as séries finais e, a partir de 2008, o ensino médio. Durante esse processo, houve atenção especial também no ensino infantil e com turmas multisseriadas e um foco destacado na alfabetização dos alunos das modalidades de primeira à quarta série. Essas mudanças ao longo do tempo refletem uma ampliação e aprimoramento contínuo do sistema educacional na região.

Além da participação da diretora escolar, uma professora também foi selecionada para trazer algumas de suas contribuições, a questão quatro, **“Na visão dos professores, qual a importância da língua indígena e da língua portuguesa para a comunidade da aldeia Januária?”** a docente esclarece que:

A importância da língua materna é para a questão da manutenção do ser cultural indígena com a sua identidade, e a identidade do povo indígena carrega a questão da do seu próprio dialeto, então a língua materna vem ter essa importância do dia-a-dia, de ter um dialeto próprio, de ter uma comunicação própria e a importância da língua portuguesa, embora, hoje ela esteja com mais força, ser quase que a primeira língua hoje na Terra indígena Rio Pindaré, mas era para der o inverso, mas a importância da língua portuguesa no princípio era que elas fossem apenas objeto de conhecimento para comunicação com a sociedade envolvente, acabou que a comunidade se envolveu tanto com a língua portuguesa que ela ganhou força dentro da comunidade né, hoje as crianças já não tem mais a língua materna como primeira língua, como a juventude, ou as pessoas de hoje né, já não tem mais essa primeira língua materna, já conhece primeiro português. **Fonte:** Resultado da pesquisa (2024).

A importância da língua materna na preservação da identidade cultural indígena. Apesar da prevalência do português na Terra Indígena Rio Pindaré, originalmente utilizado para se comunicar com a sociedade externa, a língua materna perdeu espaço. podemos notar a necessidade de reintroduzir a língua indígena como disciplina, visando resgatar sua importância e torná-la novamente a primeira língua. Esse esforço é considerado desafiador e requer a colaboração de toda a comunidade para ser bem-sucedido.

As estratégias dos professores para ensinar língua portuguesa de forma a respeitar a cultura indígena revelam uma abordagem pedagógica sensível e inclusiva, que busca integrar a língua materna indígena no currículo escolar. Isso reflete um compromisso com as políticas linguísticas que reconhecem e valorizam a diversidade linguística e cultural do país.

A questão cinco, também destinada a docente: **“Na visão dos professores, quais são as estratégias utilizadas pelos professores para ensinar Língua Portuguesa de forma a respeitar a cultura indígena na aldeia Januária?”**, trouxe como resultado:

As estratégias, apesar da gente é reconhecer que ainda não encontramos um mecanismo que faça essa ideia de trabalhar a língua materna, a partir da escola, para que revitalize a mesma, as estratégias que vem sendo adotada para o português não se sobrepor é que quem trabalha com português tem que dar a devida importância e relevância para o ensino da língua materna, mesmo professor que trabalha a língua portuguesa e seja um não indígena por exemplo, ele é orientado a aprender pelo menos as comunicações de saudação em vez de dar um bom dia, boa tarde ou boa noite, ele diz no dialeto indígena: *Zane Ku'em, Zane Karuk, Zane Putyn*, então fazendo essa, vamos dizer interdisciplinaridade né, dentro das demais áreas de conhecimento a introdução da língua materna, embora ele seja um papel voltado para o professor de língua materna que é o principal conhecedor dentro da escola da língua materna, porque quando nós temos no quadro a maioria dos professores não indígenas, então a gente vai ter mais o português consequentemente. **Fonte:** Resultados da pesquisa (2024).

A resposta aborda estratégias para preservar a língua materna indígena na escola, reconhecendo a dificuldade em encontrar um mecanismo eficaz para revitalizá-la. Uma abordagem adotada envolve dar importância ao ensino da língua materna, mesmo nas aulas de português, com professores não indígenas sendo orientados a aprender e ensinar expressões na língua indígena. Essa interdisciplinaridade busca integrar a língua materna em diversas áreas de conhecimento, envolvendo todos os professores para fortalecer o ensino e aprendizado desse idioma, preservando a identidade cultural da comunidade.

Os próximos questionamentos enfatizando a importância das línguas em pesquisa, veio por meio da análise de um aluno. Na questão seis: **“Na visão dos estudantes, qual a importância da língua indígena e da língua portuguesa para a comunidade da aldeia Januária?”**, o estudante responde que:

Bom, enquanto estudante indígena pra mim a língua materna é importante para manter a cultura, costumes, crenças e a preservação daquele povo, bem como a identidade cultural. A língua portuguesa também é importante e necessária, pois, nos ensina a estrutura, especificidades e a gramática em um todo, e por isso, as duas línguas são essenciais dentro da comunidade.

Fonte: Resultado da pesquisa (2024).

O estudante indígena destaca a importância tanto da língua materna quanto da língua portuguesa. A língua materna é fundamental para preservar a cultura, costumes e identidade cultural, enquanto a língua portuguesa é essencial para ensinar estrutura, especificidades e gramática de forma abrangente. Ambas as línguas desempenham papéis cruciais na comunidade, contribuindo para a transmissão de conhecimentos e a preservação da riqueza cultural e linguística.

E por fim, na sétima questão: **“E para os alunos, quais são as estratégias utilizadas pelos professores para ensinar Língua Portuguesa de forma a respeitar a cultura indígena na aldeia Januária?”**, o estudante também esclarece que: “Os professores procuram trazer a realidade indígena para as aulas, envolvendo saberes, práticas e conhecimentos, fazendo essa troca de valorização das línguas” Fonte: Resultado da pesquisa (2024).

A visão dos estudantes sobre a importância das línguas na comunidade indígena destaca a relevância de ambas as línguas - a materna e a portuguesa - na preservação da cultura e na aprendizagem abrangente. Isso ressalta a importância de políticas educacionais que promovam o multilinguismo e o respeito às línguas e culturas indígenas como parte essencial do processo educacional. Isso evidencia como as políticas públicas e linguísticas estão sendo implementadas e vivenciadas na prática, contribuindo para a promoção da educação indígena de forma mais inclusiva e respeitosa.

Todos esses textos transcritos e analisados abordam a evolução da formação de professores, os primeiros profissionais de ensino na Aldeia Januária, mudanças no público-alvo ao longo do tempo e estratégias para o ensino de línguas na comunidade. Os relatos refletem as falas dos entrevistados, destacando a contribuição dos primeiros professores para a educação tradicional indígena e a expansão do sistema educacional até o ensino médio. As estratégias dos professores em preservar a cultura indígena, valorização da língua materna inclusive durante as aulas de português. E os relatos de estudantes que enfatizam a importância das duas línguas para a preservação cultural e a educação abrangente na comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES

O estudo sobre o ensino de língua portuguesa na Aldeia Januária, em contraste com a educação indígena tradicional, revela uma transformação significativa ao longo dos anos. Pode-se destacar a questão dos aspectos cruciais que emergiram das respostas obtidas por meio de entrevistas com membros da comunidade escolar.

Conforme as entrevistas apresentadas, a evolução na formação de professores é notável, evidenciando uma mudança significativa nos últimos 15 anos. Inicialmente precária, a formação de professores indígenas enfrentava desafios de acesso a cursos superiores, conforme as entrevistas. Contudo, a implementação de licenciaturas a partir de 2016 e outras oportunidades, como o PAES e o ENEM, contribuíram para uma melhoria na formação, representando um avanço positivo.

Os primeiros profissionais de ensino foram fundamentais para a educação tradicional indígena, desempenhando um papel significativo na transição para o modelo atual. Nomes destacados pela diretora demonstram a contribuição desses professores na preservação da cultura indígena.

A expansão do sistema educacional na Aldeia Januária, inicialmente focado nos anos iniciais do ensino fundamental, destaca uma progressiva inclusão das séries finais e do ensino médio. Esse processo reflete uma ampliação e aprimoramento contínuo do sistema educacional na região, abrangendo diversas etapas de ensino ao longo do tempo.

A importância da língua indígena na preservação da identidade cultural é reforçada pelas respostas da professora, indicando um esforço para reintroduzir a língua indígena como disciplina. Buscando fortalecer o idioma e preservar a identidade cultural da comunidade, estratégias como a interdisciplinaridade envolvem professores não indígenas no ensino da língua materna. Essa abordagem encontrada na pesquisa fica evidente por um trabalho colaborativo e integrado não apenas para promover o aprendizado da língua indígena, mas também valorizar e manter viva a cultura e os costumes locais.

A visão dos estudantes enfatiza a importância tanto da língua materna quanto da língua portuguesa. Para eles, a língua materna desempenha um papel fundamental na preservação da cultura e identidade, enquanto a língua portuguesa é essencial para o ensino abrangente da estrutura, especificidades e da gramática normativa.

Diante dessas reflexões, percebe-se uma mudança positiva na abordagem do ensino de língua portuguesa na Aldeia Januária. A integração da língua materna, o reconhecimento da importância dos primeiros profissionais de ensino e a ampliação do sistema educacional indicam uma adaptação às necessidades e contextos específicos da comunidade indígena.

Contudo, nesta pesquisa, o desafio persiste em equilibrar o ensino de língua portuguesa com a preservação da cultura indígena. A interculturalidade e a valorização das línguas indígenas são aspectos essenciais para um diálogo educacional mais significativo e respeitoso. E com este estudo contribui para o entendimento desses desafios e avanços na Aldeia Januária, fornecendo ideias relevantes para o aprimoramento contínuo da educação indígena e também para futuros pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. O ensino de português como língua não-materna: concepções e contextos de ensino. **Acervo digital do Museu da Língua Portuguesa**. 2005.
- ALMEIDA, Severina. Bilinguismo e Educação Bilíngue Intercultural: os Apinayé e o uso das línguas apinayé e portuguesa nos seus domínios sociais. In: **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**. Curitiba. 2011.
- BAGNO, Marco. **Português ou brasileiro?** um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.
- BANIWA, Luciano. **O índio brasileiro**: O que você quer saber sobre os povos Indígenas no Brasil de Hoje. Brasília: MEC;Unesco, 2006.
- BARROS, Maria. Estudo de línguas indígenas ajuda a preservar a cultura dos povos originários... **Jornal da USP**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/estudo-de-linguas-indigenas-ajuda-a-preservar-a-cultura-dos-povos-originarios>. Postado em: 05 de dez. 2022.
- BBC. **Por que 19 de abril virou 'Dia dos Povos Indígenas'**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43831319v>. Postado em 19 de abril de 2023.
- BRANDÃO, Carlos. **A questão da identidade do índio**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL, Decreto N. 26, de 4 de fevereiro de 1991. **Dispões sobre a Educação Indígena no Brasil**. Brasília - DF, 1991.
- BRASIL, Decreto N. 87.846, de 22 de novembro de 1982. **Homologa a demarcação da área Indígena que menciona, no Estado do Maranhão**. Brasília - DF, 1982.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília - DF, 2018.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília - DF, 1988.
- BRASIL. Convenção n. 169 da OIT. Sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais. Brasília: OIT, 2004.
- BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília - DF: MEC, 1996.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1996.
- CANIZARES, Kathia Alexandra Lara. Léxico omaguá/kambeba (família tupi-guarani) em poema indígena: Abordagem lexical numa aula de língua portuguesa. **Revista Gatilho**, vol. 25, 2023.

CASTILLO, Ana Carolina Lima. A língua portuguesa e o silenciamento das línguas indígenas no Brasil. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 33, n. 90, p. 317-326, 2013.

CAVALCANTE, Lucíola. Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia. **Rev. Bras. Educ.** 22, abr. 2003.

DE PAULA, Thaís. Contra a colonialidade do saber e a favor de uma educação integrativa: As escolas Yvy Poty no Tekoha Te'yikue e Guira Arandu Roka no Tekoha Guyra Roka dos Ava Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul. **Diálogos e Diversidade**, vol. 2, 2022.

DEL RÍO, Lázaro. **Discurso del Presidente de la República en el Primer Congreso Indigenista Interamericano**. Patzcuaro, Michoacán. 14 de abril de 1940.

FLORES, Cristine; GOMES, Luana; CASAGRANDE, Cledes. Abordagens das culturas indígenas na Educação Básica brasileira: reflexões para um ensino intercultural. **Práxis Educativa**, vol. 17, 2022.

FREIRE, Paulo. **Circulo de Cultura, Arte mídia e Educação**. São Paulo: Memorial, 2015.

GRUPIONI, Luís. Línguas indígenas e educação escolar: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 203-222, 2015.

GUITARRARA, Paloma. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-populacao-indigena-no-brasil.htm>. Acesso em: 18 ago. 2023.

JANUÁRIA. **Projeto Pedagógico do Centro de Educação Escolar Indígena Januária**: terra indígena Rio Pindaré do povo Tentehar (Guajajara). 2020

LOBO, Marinete. **Formação de professores indígenas**: travessia para um ensino diferenciado na aldeia Canela Ramkokamekrá. Dissertação (Mestrado em Ensino) Universidade do Vale do Taquari, 2018.

LUCIANO, G. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: SECADI/MEC; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

MARANHÃO, **Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão**. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br> Acesso: 10 de jan. 2024.

MARANHÃO. Lei Estadual N. 11.638. **Estatuto Estadual dos Povos Indígenas**. 2021.

MARANHÃO. Resolução N. 358/2004-CEE. **Estabelece normas para o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão e dá outras providências**. Conselho Estadual de Educação, 2004

MEDEIROS, Juliana. História da educação escolar indígena no Brasil: alguns apontamentos. **Encontro Estadual de História - RS**. Vol. XIV, 2019.

MORI, Angel; MIRANDA, Camille. Diversidade linguística indígena: estratégias de preservação, salvaguarda e fortalecimento. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas - SP, v. 21, 2021.

RIVAS, Claudia. **Ideologias linguísticas e políticas de línguas indígenas**: estudo comparativo no Brasil e no México a partir de 1988. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, 2015.

SANTOS, Luana da Silva. **As questões indígenas e a escola**: a presença da literatura indígena na sala de aula de língua portuguesa. TCC (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Universidade Federal de Alagoas, 2021.

SEVERO, Cristine. Das línguas indígenas: por um olhar decolonial em políticas linguísticas. **Revista Digital de Políticas Lingüísticas**. Año 11, Volumen 11, noviembre 2019.

SOARES, Marilene. A língua dos outros: representações de línguas indígenas nos manuais de. **Revista de Antropologia**, v.41, n.1, p.137-174, 1998.

SOUSA, Ariane; et. al. A relevância das políticas públicas plurilíngues. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 42–52, 2020.

STUMPF, Beatriz; SITO, Luanda. Toda a história estava na língua: reflexões sobre línguas e linguagens em licenciaturas indígenas de brasil e colômbia. **Espaço Ameríndio**, vol. 16, n. 1, p. 137-170, 2022.

ZANNONI, Cláudio (org.). **Conflito e coesão**: o dinamismo tenetehara. São Paulo: CPA, 1999.

APÊNDICE
TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Curso de Licenciatura em Letras do Campus Santa Inês

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa de campo referente a proposta de intervenção intitulado: “**O ensino de língua portuguesa em contraste com a educação indígena tradicional e a educação atual na aldeia Januária**”, desenvolvidos pelos pesquisadores: **Guilherme Gonçalves Maciel** e **Ivanilson Caragiu Guajajara**, e seu orientador: **Robson de Macêdo Cunha** (e-mail: robsoncunha@professor.uema.br), vinculados ao curso de Licenciatura em Letras, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA / Campus Santa Inês.

Esta pesquisa tem como **objetivo**: identificar a evolução dos processos do currículo, política pública e o ensino de língua portuguesa da Educação Escolar Indígena na Aldeia Januária, localizada na Terra Indígena Rio Pindaré.

Dessa forma, **aceito participar por minha própria vontade**, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa com objetivos estritamente acadêmicos. Minha colaboração se fará de forma anônima, e que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções, ou constrangimentos. E, atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Assinatura do participante:

Santa Inês - MA, 5 de janeiro de 2024.

APÊNDICE
QUESTIONÁRIO A SER APLICADO POR MEIO DE ENTREVISTA

A) Entrevista para a diretora:

1. Como era e como está a formação dos professores na T.I. Rio Pindaré

2. Quem era os primeiros profissionais de ensino do início do processo de educação indígena?

3. Qual era o público-alvo antes e o público-alvo de agora no processo de ensino e aprendizagem?

B) Entrevista para a professora:

4. Na visão dos professores, qual a importância da língua indígena e da língua portuguesa para a comunidade da aldeia Januária?

5. Na visão dos professores, quais são as estratégias utilizadas pelos professores para ensinar Língua Portuguesa de forma a respeitar a cultura indígena na aldeia Januária?

C) Entrevista para o estudante:

6. Na visão dos estudantes, qual a importância da língua indígena e da língua portuguesa para a comunidade da aldeia Januária?

7. E para os alunos, quais são as estratégias utilizadas pelos professores para ensinar Língua Portuguesa de forma a respeitar a cultura indígena na aldeia Januária?

D) Para todos os indagados:

8. Qual a sua formação acadêmica e há quantos anos você trabalha e/ou estuda na Aldeia Januária?